

**A MULHER NO MUNDO DOS CORONÉIS E JAGUNÇOS:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS PERSONAGENS FEMININAS  
EM BERNARDO ÉLIS**

Thiago Fernandes Soares Ribeiro(PPGL/UFPB)  
Wilma Martins de Mendonça(UFPB)

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, nasceu em Corumbá de Goiás em 15 de Novembro de 1915, e morreu na mesma cidade em 30 de novembro de 1997, publicou em 1944 a coletânea de contos *Ermos e Gerais*, com a qual abriria as portas para o Regionalismo no Oeste. Este livro, antecessor em dois anos ao *Sagarana*, de João Guimarães Rosa, causa grande repercussão em sua época. Dentre as suas coleções de contos ainda temos como bastante conhecidas *Caminhos e Descaminhos* (1965), *Veranico de Janeiro* (1966), e *Apenas um Violão* (1984). Entre os seus contos mais famosos encontram-se os fabulosos *A enxada*, de *Veranico de Janeiro*, *João boi*, de *Apenas um violão*, *Ontem, como hoje, como amanhã, como depois*, de *Caminhos e Descaminhos*, e *Nhola dos anjos e a cheia do Corumbá*, de *Ermos e Gerais*. O seu estilo, que mistura mais das vezes o sobrenatural com a denúncia da situação deplorável dos marginalizados dos sertões do oeste, foi chamado de “síntese su/realista” por Gilberto Mendonça Teles (ÉLIS, 1996). Esta sua importância histórica, validada sobretudo por sua alta qualidade estética, aumenta quando percebemos que ele é o inicializador do conto regionalista moderno. O Regionalismo nordestino caracteriza-se por uma produção romanesca intensificada, Élis não só transporta o modernismo nordestino para o sul do Rio São Francisco – o rio de nossa civilização – quanto transporta o regionalismo modernista para o conto, que era o veículo principal do modernismo naturalista.

Além dos contos publicou um livro de poesia *Primeira Chuva* (1955), livros de ensaios e discursos, crônicas e três romances: *A terra e as Carabinas* (1987); *Chegou o Governador* (1987); e o seu primeiro e mais importante romance *O Tronco*, do mesmo ano que *Grande Sertão: Veredas*, de Rosa, 1956. O romance, uma ficção envolvendo reais acontecimentos na chamada Vila do Duro, na verdade São José do Duro, em Goiás, hoje Dianópolis, Tocantins. Nesta obra temos uma guerra entre os jagunços dos coronéis e os soldados do governo, nos idos das primeiras décadas do século XX, precisamente 1918.

Neste ambiente inóspito, de violência e anomia, sem fartura e sem conforto, onde a pobreza é a regra e a riqueza é marcada pela prepotência e pelo poder de mandar, onde as demonstrações de força e brutalidade, com o grande número de jagunços armados e enfileirados, transmitem as suas mensagens de poderio e estabelecem o *status quo* local ante o mandatismo coronelista. Élis mostra com delicadeza as vidas sofridas e, muitas vezes, semi-escravas das mulheres sertanejas, construindo assim, o mundo da iniquidade através dos destinos femininos em sua prosa.

Uma das trajetórias mais sofridas, sem dúvida alguma é Zefa. Filha de D. Benedita, ex-esposa do coronel Artur. Zefa, ainda nova casa-se com Artur, logo é deixada abandonada pelo marido que segue carreira política na capital, cortando todas as comunicações. Ante a solidão e desejos, Zefa entrega-se ao amor:

Nas noites longas e tediosas, a pobrezinha rolava na cama larga e vazia, até que a madrugada pintasse o telhado, a imaginação torturando os sentidos exaltados pelas recordações amorosas.

Quando afinal Benedita desconfiou, o mal ia grande. Por Porto Nacional e Natividade já corria a notícia dos amores de Zefa com uns e com outros. (ÉLIS, 1977, p. 36)

Zefa, refém dos próprios desejos é enxotada de casa, expulsa pelo próprio marido que lhe toma a filha e “a envi[a] para o amigo João Alves de Castro educar em Goiás.” (ÉLIS, 1977, p. 36) É claro que esperar que nesses longos anos de distanciamento, sem comunicação, Artur tenha sido o exemplo de marido fiel é praticamente impossível, mas no final de contas quem tem “sua honra maculada” (ÉLIS, 1977, p. 36)? O marido. Mas quem tem a “fama” corrida por todas as cidades do norte de Goiás? Zefa.

Sua pena é ainda pior do que ficar mal falada, enxotada na rua, sem o direito de criar a própria filha (que não nos informa o narrador se é ou não de Artur Melo, mas também não questiona o fato, voltado que está para a psique da mãe de Zefa):

Pobre Zefa, por muitos anos rolou de déu em déu, até que a filha voltou para o Duro, casou com o Doutor Herculano Lima e recolheu para sua casa a pobre Zefa doente e miserável. (ÉLIS, 1977, p. 36)

A sua trajetória fica ainda mais triste se lembrarmos que não recebeu apoio de ninguém, inclusive sua mãe que, em sua mente, “descarreg[a] seu ódio contra Artur” (ÉLIS, 1977, p. 36), mas também não dá abrigo nem guarita à filha expulsa. Abandonada por todos numa sociedade machista, Zefa acaba prostituindo-se para poder viver, no mais baixo da pobreza em um lugar que ser pobre ainda era ter uma roça em casa para servir de subsistência, Zefa estava miserável.

A sua mãe, D. Benedita, foi outra mulher vítima dos mandos e desmandos dos Melos. Esta família, ávida dilapidadora dos bens das viúvas, roubando-lhes gado, fazendas, imóveis e bens, faz de D. Benedita mais uma de suas vítimas.

Benedita, casada com um Melo também, irmão do todo poderoso Pedro Melo, pai de Artur, tem como maior orgulho a casa, a maior da região e o seu jardim. Mas “mal [o marido de Benedita] fechou os olhos, o irmão Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigerio.” (ÉLIS, 1977, p. 32) Esse refrigerio “era uma riqueza. Quem tivesse o refrigerio, quem possuísse a serra, teria reserva de pasto, reserva fresca e boa.” (ÉLIS, 1977, p. 32) Mas D. Benedita é espoliada do seu bem mais precioso, sem o qual a própria produção do gado seria inútil.

Ora, o refrigerio pertencia a Benedita por gerações, a prática de levar o gado até ele na época da seca era “uma praxe antiquíssima. O pai e o avô de dona Benedita assim procediam e o marido dela continuou nesse sistema.” (ÉLIS, 1977, p. 32)

Bem sabemos que, prática corrente, a viuvez era “a carta de alforria” da mulher, sobremaneira daquelas que tinham posses. Libertas que estavam de pais, irmãos e maridos, e na qualidade de donas reais de todos os bens da família, poderiam usufruir de seus bens aos seus bel-prazeres. Porém não foi isso que aconteceu com Benedita, nem com a esposa de Clemente Chapadense, nem com muitas outras viúvas da região sob o domínio de Melos, metonímicos representantes de todo o sistema coronelista.

Buscando recuperar de volta sua aguada, Benedita tenta convencer coronel Pedro devolver-lha, o qual exige os documentos de posses daquelas terras. Como bem sabido não era em sistema de cartório que se designava a real posse de uma terra no sertão:

Ali ninguém possuía título de domínio de terras. Dono do chão era quem possuísse o gado nele empastado. Até onde andasse o gado com uma marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca. Era uma lei que vinha num é d’hoje, se transmitindo de pais a filhos, sem contestação. O próprio Pedro, que

era dono de mais de vinte fazendas, perguntassem a ele se possuía documento, para ver! (ÉLIS, 1977, p. 32)

Os parentes recusaram-se a ajudar D. Benedita na questão, por medo do coronel, e ao procurá-lo mais uma vez tem uma notícia ainda pior do que a perda do refrigerio:

\_Minha cunhada, que mal pergunte, para que que a senhora está querendo refrigerio?

\_E você pergunta muito mal mesmo,— respondeu a velha. — Quero refrigerio para o meu gado, ora essa é boa! [...]

Pedro Melo riu:\_Ora, Benedita, a senhora não tem mais gado não. Seu gadinho mal vai dar para pagar as custas do inventário de meu irmão.

Dona Bendita chorou por três dias e três noites sem cessar, diante de seus santos, no dia que o oficial de justiça levou seu rebanho, o melhor rebanho do Duro.

\_Dê graças a Deus, minha cunhada. A sua valença foi meu filho Artur. Se não fosse ele, sua casa tinha ido a leilão, para pagar as custas. Seu marido não deixou dinheiro. (ÉLIS, 1977, p. 33)

Pobre, humilhada, vivendo na dependência dos genros, os quais durante anos fez questão que morassem ali mesmo na sua casa, ante seu poder matriarcal. Diante do fogo da cozinha, as típicas fofoqueiras, que durante todo o romance “cozinham” os boatos com os quais o romance se estrutura, fazem comentário assaz pertinente: “As mulheres não entendiam desse rolo de inventário, mas quem ignorava que inventário era feito para os graúdos roubar?” (ÉLIS, 1977, p. 34) Ali, entre os jagunços de Pedro, o título de bacharel de Artur, pobreza e analfabetismo generalizados, os roubos de viúvas era sistemático:

\_Coitada da viúva! Trem de viúva, a senhora sabe como é.

\_Mesmo que carniça, cada bicho quer um taco... Mataram o pobre do Quelemente e agora tão quereno ficar com os terém do coitadinho...

\_Até a mulher, que Deus me perdoe,—falou a Pequena dando tapas na boca.

\_De vera! Diz que essa foi a primeira que o coronel passou a mão... (ÉLIS, 1977, p. 34)

Assaltadas, espoliadas, provavelmente transformadas em serviços sexuais dos coronéis, as viúvas na verdade, nos confins dos ermos dos sertões, não ganham sua liberdade, pelo contrário, perdem toda a proteção que poderiam ter.

Ao contrário destas mulheres, fragilizadas pelo “sistema jagunço” (BOLLE, 2004), é mencionada outra mulher, uma mulher-guerreira, neste caso a grande exceção que é a própria presença feminina nas ações de guerra, mundo normalmente típico do masculino, torna-se fato lendário. Estas mulheres, que vivem no âmbito da guerra, podemos classificá-las em três casos:

O primeiro é a companheira do guerreiro, como Maria Bonita, que é esposa e mãe, cozinhando e costurando enquanto segue o marido na vida de banditismo. O segundo distingue as mulheres de apoio logístico, que ficam fora do bando. E o terceiro é o das guerreiras propriamente ditas [...]. (GALVÃO, 1981, p. 31)

Esta “guerreira propriamente dita” é Berandolina. Mulher que surge na conversa de dois vaqueiros, chamados para servirem aos Melos nas batalhas que estão por vir, Belisário e Casemiro, ficam numa encruzilhada de dois medos: o medo de ir à luta e encontrar a morte, pois não são dados a tiros; e o medo de desobedecer os Melos e serem mortos por eles. Diante da

fatalidade da vida de serviçal semi-escravizado, surge a imagem de Berandolina, personagem real, que chefiava um bando de jagunços no norte de Goiás, entre 1910 e 1920, e que teria feito passagens pela região do duro, como em todo nordeste goiano, em suas façanhas guerreiras:

\_Apois essa mulher é amiga da gente. Ela protege a pobreza contra a ganância dos ricos. [...]

\_Tem hora, esse menino, que eu até que penso de pdeir a ajuda dessa Berandolina. Ela vem cá e leva nós. Se o coronel empinar, pior pra ele, que ela é mulher de corpo fechado. (ÉLIS, 1977, p. 44)

Cada homem pensava em Berandolina, “ah, se viesse em socorro deles, os tirasse daquele ermo, os livrasse da dívida do coronel, os livrasse do perigo daquela luta que o coronel queria meter eles nela!” (ÉLIS, 1977, p. 44)

Todas as esperanças destes homens estavam deslocadas para a presença metafísica de Berandolina, mitificada aqui como presença salvadora dos homens. Assume então, papel idêntico, assemelhando-se a uma Joana D’Arc, libertadora, quase messiânica, que usa o poder das armas não para espoliar viúvas, mas para impor justiça contra os coronéis. Esta inversão, da bandoleira libertadora, que não vem matar e subjugar o pobre, mas para salvá-lo do jugo do coronelismo, atrela-se a mulher, não só como figura histórica, mas como imagem da *anima mater*, coincidindo o fato dela (Berandolina) possuir corpo fechado com a crença comum entre os cangaceiros que enquanto possuísem as mães vivas, rezando por eles, estariam protegidos, de balas e de facas, com o “corpo fechado”. Uma mulher como livradora dos perigos coincide com a figura materna, à qual o masculino se volta em busca do sossego espiritual.

Quanto às rezas, elas aparecem constantemente no romance, mas juntamente com a existência do feminino, elas estão “encarregadas” de protegerem “seus homens” à custa das ladainhas. Uma das cenas icônicas destas rezas acontece ainda no início do livro: Benedita chama sua “irmã de leite”, a anã Maria Pequena, para ajudá-la nas suas rezas, aumentando o poder da mesma pela quantidade de vozes entoando a ladainha. Diante da imagem de São Miguel, Benedita reza por seu genro, Vicente, na luta contra seu outro genro, Artur, a fim de que feche seu corpo contra os poderes jagunços do coronel:

\_Ajude meu genro Vicente, meu poderoso são Miguel—pedia Benedita. (ÉLIS, 1977, p. 35)

Neste universo tipicamente bruto e masculino a oração feminina toma forma de enfrentamento das adversidades causadas pela ganância masculina. Ante o poder paramilitar dos Melos, D. Benedita só possui a oração para proteger Vicente. Durante a guerra entre jagunços e soldados, é a oração que mantém unidas as mulheres: “Nos quartos do fundo, onde estava a sogra de Vicente, mulher e filha, de lá vinham zoadas de reza. A velha Benedita era devota das Almas. Estaria desfiando o rosário e recitando as jaculatórias defronte da imagem de S. Miguel” (ÉLIS, 1977, p. 223)

Por fim, podemos citar a relação existente entre D. Aninha, mulher de Pedro Melo, e as suas criadas. Estas, ali dentro da casa dos Melos, um verdadeiro quartel ou fortaleza de muros altos, cuja “segurança toda dos muros da casa [...] tinha por escopo prender a criadagem, descendente dos antigos escravos, mantidos ali no regime de escravidão” (ÉLIS, 1977, p. 25) ali dentro, a barbaridade do tratamento desumano chega a níveis de condições inaceitáveis de vida: “Viviam as criadas maltratadas, mal vestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro [...]” (ÉLIS, 1977, p. 25), trabalhando pelo mínimo para a sobrevivência: “Esse pessoal não recebia qualquer pagamento: trabalhava a troco da comida, da cama e da roupa.” (ÉLIS, 1977, p. 25) Em condição ainda mais subumanas, estas mulheres são submetidas quando na adolescência e infância:

Novinhas ainda, as “crias da casa”, como eram chamadas as filhas desses criados, prostituíam-se com os patrões, com os parentes dos patrões, com os camaradas. O produto da prostituição, entretanto, raramente vingava. A serviceira era tanta que não dava tempo às mães de cuidar dos filhos. (ÉLIS, 1977, p. 25)

No serviço de “comandar este batalhão de escravos” (ÉLIS, 1977, p. 25) estava sempre os gritos de D. Aninha: “No povoado, a derradeira coisa que se ouvia de noite eram os berros de Aninha e eram também eles os primeiros sons que se ouviam mal o dia clareava.” (ÉLIS, 1977, p. 25) Essa “voz que comandava as negras e a criadagem. Voz que não admitia réplica, voz forte e cheia [...]” (ÉLIS, 1977, p. 234) Aninha, a cima de tudo era “[m]andona e exigente”, uma “rainha, sem tirar nem pôr.” (ÉLIS, 1977, p. 25) Contudo por “quase meio século vivera em contato com a brutalidade e a aspereza do marido, de modo que tivera que desenvolver a lábia, a sagacidade de mulher, capaz de dobrar o ânimo dos homens.” (ÉLIS, 1977, p. 224) Essa convivência a ensinou a controlar homens num jeito macio e manso de mãe (ÉLIS, 1977), por isso demove Vicente de seu intuito de permanecer na vila até o fim e a fugir, garante ela que as mulheres de sua família, filha, esposa, sogra, debaixo do seu poder, estarão garantidas porque seu filho não ousará desobedecê-la e ferir as mulheres que estão sob sua proteção.

Mas já no fim:

Duro só tinha aquelas mulheres da casa da velha Aninha, mas essas mesmas minguavam. A pretinha Tifuque fugira e com ela outras criadas. A velha abria os peitos, dando seus gritos, a que ninguém respondia. Na lida da casa ajudavam Amélia, Lina e a velha Benedita, na falta de gente para fazer os serviços costumeiros.

—Gente ingrata,—reclamava Aninha.—Tinha de um tudo e foi só pegar uma folguinha, abriu o pala no mundo! Adonde vão encontrar o trato que tinham aqui?

Camila, uma preta velha, filha de escravas, multiplicava-se para atender à velha, indo e vindo pela casa no seu passo manco, os pés repletos de cravos. Camila não abandonava a velha e a servia com carinho, a que Aninha respondia com gritos e maus-tratos. Para Aninha, servir era uma obrigação, apenas, da preta. (ÉLIS, 1977, p. 237)

D. Aninha gorda, como qualquer senhora de engenho, envelhecida, incapaz de sair de seu catre, dependente de tudo de suas escravas, fica rodeada das mulheres de Benedita. Benedita que antes odiava a tudo nos Melos torna-se dependente de Aninha, não só para a sua sobrevivência, mas como de sua família, rebaixando-se agora para o mesmo nível de serviçal que as antigas descendentes de escravos prestavam:

A sogra [de Vicente] estava aterrorizada e procurava apoio e proteção na prima Aninha. Agora, lá estava ela ao lado da gordona, penteando-lhe os cabelos, alisando-os. Pouco antes, Vicente a vira trazendo uma chávena de chá para Aninha. (ÉLIS, 1977, p. 235)

Mesmo olhando para apenas algumas personagens femininas existentes apenas no romance *O Tronco*, percebemos o quanto estas personagens compõem uma denúncia contra os absurdos a que eram submetidas as mulheres do sertão. Viúvas despojadas dos bens, mulheres vivendo em condições escravistas, servindo de prostitutas para os patrões e jagunços, ou simplesmente abandonadas pelos maridos, acabam passando a vida a servir o corpo para manter a vida, por mais miserável que esta seja. Ao lado destas nós temos as matronas, matriarcas dos casarões dos coronéis, controlando tudo ao seu redor como senhoras de engenho diante de seus escravos, onde o poder de mandar está-lhe tão impregnado que transforma o servir em obrigação de uma classe economicamente inferior. Para mulheres como Aninha, o despojo de

viúvas, as prostituições das negrinhas dentro de sua própria casa, da sua própria nora, não são só aceitáveis como normais, dentro de sua ideologia de classe dominante. Como também encontramos a presença marcante de uma guerreira que, pelo menos na sua aparição simbólica, representa os desejos de libertação de um estado de escravidão ao sistema de cooptação do coronelismo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. M. G. de. **A tradição regionalista no romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 2ed
- BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34: 2004.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Moraes, 1984.
- ÉLIS, Bernardo. **Os melhores contos**. (Sel. Gilberto Mendonça Teles). São Paulo: Global, 1996.
- . **O tronco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **A donzela-guerreira: um estudo de gênero**. São Paulo: SENAC, 1997.
- . **Gatos de outro saco: ensaios críticos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.